

## Festa em Homenagem a D. Pedro II em Minas: cultura, representações e identidades.

João Ricardo Ferreira Pires<sup>1</sup>  
UFMG

**Resumo:** A questão desse texto é apresentar e analisar a festa que foi feita em homenagem a D. Pedro II em Minas em 1881 quando de sua viagem a essa província, apontando nela algumas idéias que se referem ao fim do governo imperial e às representações culturais construídas a partir da crise do imaginário monárquico brasileiro. O artigo pode ser dividido em duas partes: na primeira, começo discutindo o conceito de festa apresentando duas vertentes dentro da historiografia e termino analisando os conceitos de representação e imaginário aplicados aos estudos de festa. Na segunda, começo contextualizando a festa no nível nacional e provincial e termino analisando-a a partir dos dois documentos consultados.

**Palavras-Chave:** Festa, D. Pedro II, Representações Culturais.

**Abstract:** The purpose of this text is to present and analyse the feast that took place in MG in 1881 due to D. Pedro II's journey to this province, introducing some ideas referring to the end of Monarchy in Brazil and also to the cultural representation built upon the crisis of this regimen. The article can be divided in two parts: in the first one I start discussing the concept of feast introducing two sources inside historiography and end up analyzing the concepts of representation and imaginary referring to the feast researchs. In the second part I beiging trying to context this feast in a national and provincial level and finish analyzing it using the two consulted documents.

**Key-Words:** Feast, D. Pedro II, Cultural Representation.

---

<sup>1</sup> Mestrando em História na UFMG e Especialista em História da Cultura e da Arte pela UFMG  
Agradecimentos ao CAPES/CNPq pelo auxílio financeiro.

O presente artigo possui o objetivo de apresentar e discutir uma festa feita em Ouro Preto nos últimos dias de março e nos primeiros de abril de 1881 em homenagem a D. Pedro II que viajava pela província mineira à época. Para tanto, discutiremos primeiro, a historiografia sobre festa e seus conceitos; para, depois, relacioná-los com a festa em questão. Queremos com isso situar a festa ouro-pretana no seu contexto nacional e provincial e analisar alguns aspectos dessa festa, tais, como, a organização, as opiniões da população e do imperador e os objetivos da mesma. Queremos, ainda, tentar responder à seguinte pergunta: que tipo de festa é essa, já que possuímos trabalhos que analisam outros tipos de festa, como a barroca, as cívicas e as monárquicas, mas só até a primeira metade do século XIX.

### **As Festas**

A partir daqui inventariemos os temas e desenvolvimentos correlacionados com o tema festa, fazendo ora como uma resenha bibliográfica ora como um repertório de contribuições e conclusões historiográficas a respeito do tema. Primeiro: o que é a festa? Pergunta difícil, respostas variáveis. O assunto há não muito tempo era tratado sob uma perspectiva folclorista, que realçava um caráter de resistência popular frente a uma possível massificação cultural. De uns vinte anos para cá a historiografia brasileira vêm se debruçando cada vez mais sobre o tema, seguindo muito do que é feito pela historiografia francesa nesse campo. A festa, explosão dos afetos passou a ser um campo muito propício para os estudos sobre a cultura e a sociabilidade de uma determinada sociedade. A festa, enquanto manifestação lúdica e criativa da população nos apresenta o que essa sociedade pensa de si mesma e o que ela pensa do mundo em volta. Ela apresenta, portanto, representações e identidades sociais e culturais. Mais à frente desenvolverei melhor esse aspecto, por ora basta dizer que boa parte da historiografia sobre festa usa desses dois conceitos.

Numa festa estão presentes vários elementos que podem ser usados pela ciência histórica: o cerimonial e a organização prévia da festa se prestam a análises que versem sobre a organização e a hierarquização social, sobre a construção de práticas e produtos culturais, sobre as disputas socio-políticas existentes em determinadas comunidades; o momento festivo se presta a análises que versem sobre a construção/consumo de práticas e produtos culturais, sobre as identidades

sociais/culturais/políticas construídas e destruídas pela festa, sobre a repercussão e apropriação de símbolos e ícones do universo político. Está lista seria infindável e só serviu, aqui, para demonstrar tão grande é o leque de estudos que poderiam ser feitos a partir do tema.

A festa é uma parada no cotidiano de trabalho, alguns autores, inclusive, entendem-na como o inverso do trabalho ou como a suspensão do presente; considero importante entendê-la como um momento especial, como uma parada das obrigações para “brincar” ou comemorar, mas ela não quer de maneira alguma romper com o cotidiano, com o presente. O festejar está intimamente relacionado com o não-festejar, mas não como um espelho que mostraria a imagem invertida e, sim, como um grande campo social onde os dois se interpenetram, onde as regras do trabalho e do cotidiano servem, de forma modificada, à festa e onde práticas festivas são utilizadas no dia-a-dia.

De todas as leituras feitas sobre festa realçam duas vertentes no que diz respeito ao conceito de festa: uma inaugurada na França por Mona Ozouf e, no Brasil, por Mary Del Priore, que entende a festa como algo supra-cotidiano, como um teatro onde se encena tudo àquilo que não pode ser feito no dia-a-dia, como uma válvula de escape. Mais à frente descreverei mais essa vertente. A outra, na qual se encaixa melhor a festa por mim estudada e a qual considero mais acertada, vê a festa não como inversão social, não como a suspensão do cotidiano, mas como um momento intimamente relacionado com o cotidiano, como acima disse. O melhor conceito sobre festa dentro dessa vertente é o de Norberto Luiz Guarinello no texto **Festa, Trabalho e Cotidiano** da coletânea *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa* organizada por Iris Kantor e István Jancsó. Guarinello define assim festa: “é um trabalho social, específico, coletivo, da sociedade sobre si mesma” (GUARINELLO, 2001: 974). O que significa definir a festa como um trabalho: para o autor (e nisso ele está criticando a outra linha de análise sobre festas) a festa não é um momento de inversão da sociedade, não quer romper com o cotidiano, ela está integrada no cotidiano, e, portanto, é um exercício social e simbólico que todas as sociedades fazem.

“... não considero a festa como anomalia consentida, expressão invertida da realidade social, espaço sem regras. Toda festa tem suas próprias regras, seus códigos de conduta, sua rede de expectativas recíprocas, que podem ser escritas, ou fortemente, ritualizadas, ou absolutamente espontâneas e informais... O que quero dizer, na verdade, é que o que chamamos de festa é parte de um jogo, é um espaço aberto no viver social para a reiteração, produção e negociação das identidades sociais. Um lapso aberto no espaço e no tempo sociais, pelo qual circulam bens materiais, influência e poder. O que chamamos de festa é um espaço significativo por excelência, um tempo de exaltação dos sentidos sociais,

regido por regras que regulam as disputas simbólicas em seu interior” (GUARINELLO, 2001: 973).

A festa é uma estrutura do cotidiano, é produção de memória, é produção e reprodução de identidades, é um momento de exaltação dos ânimos e dos afetos. É muito difícil definir a festa, pois que em última instância somos todos festeiros e, portanto, as definições são tantas quantas são as pessoas. Guarinello realça dois aspectos importantes: o cotidiano e a identidade, conclui com ele que:

“... o sentido da festa e, portanto, da identidade que propõe e produz, depende sempre dos participantes, eventuais ou desejados, cuja presença e envolvimento determinam o sucesso e o significado último da festa. Uma festa que não atraia ninguém não é uma festa... Por mais controlada e manipulada que possa parecer, uma festa é assim, sempre, um ato coletivo por excelência, produzindo identidade, mais ou menos provisória, e em diferentes graus, para seus participantes” (GUARINELLO, 2001: 974).

Outro importante texto que uso para pensar a festa dentro dessa vertente é os **Festejos Imperiais-Festas Cívicas em Minas Gerais 1815-1845** de Carla Simone Chamon. Seu objetivo, com as festas, é *“compreender a partir de suas representações-discursivas, alegóricas, simbólicas e gestuais- quais valores e sentimentos políticos que elas procuram criar e/ou difundir”* (CHAMON, 1996: 8). Ao estudar as festas cívicas, em um período em que a nação e os símbolos cívicos ligados a ela estão no nascedouro, a autora chega a certas conclusões, maneja certas idéias que são fundamentais no entendimento do conceito de festa. Passo a listá-las.

Primeiro, o caráter pedagógico da festa, ela é um momento de educação do povo, mas também, momento em que o povo educa o poder. Esse caráter é mais explícito no caso das festas cívicas, mas podemos entendê-lo para o tipo de festa que apresento aqui, pois a festa cria e difunde saberes e poderes. Segundo, a incapacidade de abordar na totalidade e de maneira completamente racional a festa, pois que ela é, antes de tudo, a expansão dos sentidos e dos sentimentos. O momento festivo explode em emoções, afetos e desafetos. Não devemos ter a pretensão de enquadrar a festa dentro de esquemas explicativos completos, porque, também, estaríamos abrindo mão do que existe de mais interessante na festa: a imaginação e o lúdico. A festa é, antes de tudo, uma manifestação lúdica. Terceiro, a festa cria uma rede de significados e sentidos que denotam identidades e é um momento em que a comunidade projeta simbolicamente essas identidades e sua representação de mundo (CHAMON, 1996). Qual a imagem que os mineiros faziam de si,

---

ao final do Império? Essa imagem estava presente na festa? De que forma? São todas perguntas que o texto suscita para o nosso artigo. Para Chamon:

*“... a festa não pode ser vista apenas como um instrumento a ser utilizado por um segmento social ou pelo Estado para um determinado fim. Nem mesmo como espelho das relações sociais, espécie de teatro que expressaria a organização da sociedade. A festa-além de todos esses componentes: diversão, controle, resistência- é marcada pelo onírico e faz parte da tentativa de criar um sentido para o viver humano” (CHAMON, 1996: 12-13).*

Ao falar sobre o tempo da festa, que não é o tempo do cotidiano, mas também, não é o contrário desse, a autora nos diz: *“não se pode dizer que a festa subverte esse cotidiano e nem mesmo que a ele se opunha. Ela atravessa esse tempo e o qualifica diferentemente”* (CHAMON, 1996: 168-69). A autora chama atenção para o fato que os dois tempos estão conectados, o da festa é caracterizado pela celebração, pela comemoração, pela criação de sentidos e sentimentos que irão influenciar o tempo do trabalho e do cotidiano.

Tanto Guarinello quanto Chamon, em seus estudos acima descritos, estão criticando o importante e pioneiro estudo de Del Priore: **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. Muitos estudos posteriores foram no mesmo sentido desse, entendendo a festa como um momento de suspensão do cotidiano que serviria como válvula de escape ou como forma de resistência. Essa autora, ao estudar as festas coloniais, chega a um conceito de festa como uma revolta ritualizada: ela era um momento de escape às duras condições da vida cotidiana, era a bagunça consentida pelas autoridades para que as tensões fossem eliminadas. A autora começa o livro chamando atenção para os aspectos exaltados, exagerados da festa, para aquilo que nela, fugia à ordem e aos objetivos das autoridades patrocinadores da festa, aquilo que ela chama de utopias; para depois concluir que isso é só momentâneo, é só a revolta ritualizada. A tese de Del Priore é a seguinte:

*“A despeito de o pretexto da festa ser sempre institucional (ela estava ligada às comemorações do Estado ou da Igreja), a necessidade de usar o espaço público, a praça, a rua ou a igreja para tornar presente o poder da metrópole era uma regra. Por isso, essa função inicial acaba por dar lugar a outra. A festa, uma vez começada, transformava-se em exatório para suportar as árduas condições de vida das classes subalternas na Colônia. Ela transformava-se numa pausa nas inquietações cotidianas, num derivativo provisório, numa pontual detente. A violência do antigo sistema colonial atingindo indiretamente os escravos ou brancos empobrecidos, a violência mesma da escravidão, a violência das relações humanas numa colônia de exploração e aquela, interétnica, das relações sociais terminam por encontrar na festa um canal de escape” (PRIORE, 1994: 90).*

A outra referência dentro dessa segunda vertente nos estudos sobre festa é Mona Ozouf. Seus estudos são pioneiros e apontam alguns vetores que depois seriam seguidos, como por exemplo, a festa como um momento de suspensão do presente, a festa como **lócus** da memória e da perpetuação dessa, o caráter pedagógico da festa e o sentido alegórico das festas. Para Ozouf, as festas querem reviver uma história ideal, um momento utópico. É nessa senda que Del Priore seguiu e muitos outros. Seu conceito de festa é marcado por seu objeto de estudo, no qual a festa é um trabalho de memória, um exercício de cidadania, uma constante elaboração e valorização de momentos fundantes da nacionalidade francesa.

“Se é a um desvio da História que a festa nos convida, não é pois a um afastamento da história, em compensação, que nos inclina a história das festas. Mas é necessário saber que, considerados globalmente, as festas procuram reviver por sua conta uma história remanipulada, reajustada, reprimida. A festa tolera mal a mudança. Esforça-se por neutralizá-la num rito; busca, sem cessar corrigir sua imprevisível indeterminação. É uma imensa empreitada de retificação” (OZOUF, 1976: 230).

### Representações

Terminado esse breve resumo sobre as conclusões e idéias contidas dentro disso que chamei de duas vertentes de análise do objeto festa, passemos a analisar um conceito importante para se entender a festa em questão e muito usado por todos os autores que lidaram com o tema: representação. A população festeira constrói seus significados socioculturais através de elementos variados que possuem a função de representar afetos, hierarquias, imagens, vontades, conflitos e poderes. A definição do dicionário: representar é ser a imagem de, parecer, aparentar, figurar, significar, simbolizar, aparecer numa outra forma, figurar como emblema, apresentar-se, oferecer-se ao espírito, desempenhar funções de ator. De todas essas definições realço duas: aparecer numa outra forma e ser ator. A festa, por ser um momento de pausa na vida cotidiana, possui a capacidade de aglutinar e expandir os variados contextos pessoais de cada participante. A festa é uma explosão do imaginário coletivo, as pessoas perdem seus medos e mostram suas qualidades e defeitos. Mas mesmos esses afetos e desafetos escondidos possuem suas regras de manifestação e estão intimamente relacionados com as formas de estruturação social local. Podemos dividir qualquer festa em três partes: o para-festa (organização prévia), a festa em si (o acontecimento festivo) e o além-festa (a diferença entre as intenções prévias e a festa em si). Os dois primeiros são mais fáceis de serem

pesquisados, pois que, encontramos muitas fontes oficiais ou não-oficiais que versam sobre as intenções das autoridades e sobre os acontecimentos da festa. O terceiro é bem mais difícil, ele deve ser buscado nas entrelinhas e nos silêncios presentes nas fontes; não podemos abrir mão desse último, pois é nele que se expressam os significados sociais e culturais da maior parte da população que se envolve em festas.

Roger Chartier é um dos formuladores do conceito de representação em uso na história cultural, tentarei agora discutir um pouco seu pensamento. Uma primeira proposição sua importante para nosso trabalho, pois que realça o papel dos criadores da representação (no nosso caso os atores-festeiros), é a seguinte: *“As representações do mundo social assim construídas... são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”* (CHARTIER, 1990: 17) É necessário entender o lugar social de onde cada grupo fala na festa e relacionar com a natureza e as características dos discursos culturais presentes na festa. Seguindo a trilha dele podemos considerar, para efeito de análise, que as manifestações da festa, seus elementos alegóricos, suas brincadeiras e divertimentos, são como textos de uma dada realidade e a nossa função e a de qualquer pessoa que se aventure a estudar as festas é lê-los dentro do seu próprio esquema de constituição. Vejamos o que diz Chartier para melhor entendermos isso:

“Concebidos como um espaço aberto a múltiplas leituras, os textos... não podem, então, ser apreendidos nem como objectos cuja distribuição bastaria identificar nem como entidades cujo significado se colocaria em termos universais, mas presos na rede contraditória das utilizações que os constituíram historicamente” (CHARTIER, 1990: 61).

Ao estudar a história da leitura, Chartier dá um valor muito grande à questão da apropriação que o leitor faz; não existiria um texto ideal, abstrato e estável desligado das vontades do próprio leitor. A produção não é desligada do consumo, qualquer produto cultural deve ser entendido na relação entre essas duas instâncias: o produzir/consumir. Podemos expandir isso para nosso problema e dizer, continuando o que dizia acima sobre o além-festa, que a festa deve ser entendida na relação entre suas representações e suas práticas, tal como Chartier faz com a leitura. A festa é um momento de manifestação da cultura popular, e popular não no sentido de oposto a erudito, mas como um conjunto de elementos partilhados por determinada sociedade; tal como Chartier diz nessa passagem:

“... ao mundo da cultura popular na condição de não definir esta como uma cultura própria dos mais desprovidos por oposição à dos notáveis, mas como um repertório de motivos e de comportamentos que são partilhados pelo conjunto da sociedade (o que não significa que sejam pensados ou manejados por todos da mesma maneira)” (CHARTIER, 1990: 200).

É de dentro desse repertório de motivos e comportamentos que poderíamos retirar os elementos culturais de qualquer festa.

Continuando a discussão sobre o conceito de representação me sirvo agora da introdução de **As Festas promovidas pelo Senado da Câmara de Vila Rica** de Camila Fernanda Santiago na qual ela discute as idéias de Chartier. Começemos pela definição:

“... Uma representação seria uma idéia, uma concepção do mundo vinculada a uma facção social, que se exprime por ações, posicionamentos, comportamentos, rituais, cerimônias e atos públicos com vistas a impor-se. Também permearia instituições, objetivas e dotadas de regras, tal qual o Estado, partidos, forjadas para sedimentar dada representação e as formas nela contidas de ordenação social” (SANTIAGO, 2001: 24)

Nesse texto Santiago mostrará como a representação em uma festa era de fundamental importância para os oficiais da Câmara e como esta representação na festa não era inocente e se formava sempre em conflito entre as autoridades administrativas. Seu texto tem uma proposta de reavaliar a atuação do Senado da Câmara, portanto, se enquadra numa proposta de estudo da administração relacionada com a cultura vilarriquenha de determinado período. Meu artigo se enquadra mais na relação entre cultura e sociedade, entre o repertório cultural que serve de base para uma festa e os atores sociais que manipulam esse repertório criando determinadas representações.

### **Imaginário Monárquico**

Intimamente relacionado com essa discussão sobre o conceito de representação faz-se necessário uma discussão sobre imaginário e, mais particularmente sobre o imaginário monárquico para melhor entender a festa em questão, pois que ela está inserida num contexto de crise política e, toda época assim, é propícia na produção/consumo e perpetuação de ritos que contribuam para o fortalecimento do regime que esteja em crise ou, mesmo, na aceleração do processo de decadência de determinado imaginário. A festa aqui estudada está num momento em que a política, a cultura e o imaginário ligado à



monarquia brasileira e ao seu império estão em franca decadência e, portanto, festejar o imperador e sua vinda a Minas se caracteriza como um último suspiro antes da morte. Há, também, que se pensar que o tempo de vida de um imaginário é diferente do tempo de vida de um regime político e, que, no Brasil, a República, por mais que tentasse, não destruiu alguns símbolos do imaginário real. A festa pode ser apontada como um índice da permanência se não de toda uma estrutura imagética e imaginada, pelo menos de gestos, símbolos e representações dessa mesma estrutura. Primeiro, apresentarei a análise de Baczko sobre imaginação social e, depois, tecerei alguns comentários sobre o imaginário monárquico-imperial brasileiro.

O trabalho de Baczko traz interessantes contribuições para o entendimento da relação entre poder e imaginação, entre política e símbolos que determinada sociedade compartilha. Nesse sentido, a festa aqui em questão pode ser pensada como uma forma de imaginação política que agencia uma série de desejos tanto do governo central quanto dos mineiros visitados e faz representar vários elementos catárticos típicos de uma festa. Baczko começa seu texto apontando para um uso atual da noção de imaginário que se afasta da idéia de ilusão, de quimera, de ornamento e compreende que é impossível separar os atos sociais e seus agentes das representações e imagens (imaginário) que os mesmos constroem das suas ações. E, mais, essas imagens modelam a ação e são modeladas pela mesma. *“Nenhuma relação social... nenhuma instituição política são possíveis sem que o homem prolongue a sua existência através das imagens que tem de si próprio e de outrem”* (BACZKO: 1985, 301). Estas imagens estarão presentes no imaginário social compartilhado por determinada sociedade. Baczko chama atenção para dois fenômenos presentes na noção de imaginário: a atividade imaginativa individual participando de um fenômeno coletivo e a mesma construindo representações do que poderíamos chamar de ordem social (dos atores sociais e suas relações que acabam por construir instituições). Imaginário é uma das forças reguladoras da vida coletiva

“...É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade, elabora uma certa representação de si, estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais, exprime e impõe crenças comuns... Porém, designar a identidade coletiva corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu território e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os “outros”, e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc. O imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Todas as colectividades tem os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiães e gestores, em suma, o seu “pessoal” (BAZCKO: 1985, 309).

A festa será um momento privilegiado da encenação deste imaginário, da representação dos conflitos presentes na sociedade visitada e da imagem que a mesma tem de si. Ao lado das formas de dominação e das relações de força e de poder o imaginário carrega consigo as relações de sentido. Os sistemas simbólicos que os imaginários carregam se assentam sobre a experiência dos agentes sociais e, também, sobre seus desejos, seus sonhos, numa palavra, sobre sua imaginação.

“... O dispositivo imaginário assegura a um grupo social quer um esquema colectivo de interpretação das experiências individuais, tão complexas quanto variadas, quer uma codificação das expectativas e das esperanças... A potência unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores, que se opera no e por meio do simbolismo. Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo a ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira” (BAZCKO: 1985, 311).

Bazcko termina seu texto discutindo três exemplos de ação dos imaginários: as revoltas camponesas do Antigo Regime, o simbolismo revolucionário e o imaginário do terror stalinista, realçando nos exemplos os elementos simbólicos e imagéticos agenciados por esses três processos. Discutiremos agora, o imaginário monárquico.

Uso como suporte bibliográfico nessa discussão o texto **O Império em Procissão** de Lilia Schwarcz. A autora explica como a festa, no sistema monárquico, é extensão desse; como a festa serve para a manutenção e a perpetuação do rei. A festa participa da natureza da monarquia, sem o aspecto visual e gestual que a festa traz o rei perde seu brilho e seu poder. A realeza é sempre fértil na criação de símbolos de cultura política. A festa faz parte do alicerce da representação monárquica. A autora fala de um certo ‘ethos’ da festa como sendo o lugar da memória, uma pausa para (com)emorar e gravar na memória coletiva fatos e datas importantes.

“Mas as festas falam mais; retornam e repetem uma lenta ladainha que não se conforma exclusivamente à lógica do poder, já que no espaço da festa trocam-se dons e contra-dons, experiências, bens e símbolos... Nesse grande Império americano, as festas deveriam ser grandiosas e memoráveis; no sentido de fazer guardar na memória, misturando tempos diferentes e ritos desiguais em seu passado. Não fosse isso, não entenderíamos esse ‘ethos’ da festa, as festas barrocas, as festas do Império e outras tantas festas que interrompem o dia-a-dia para imprimir, com seu porte majestoso, uma certa oficialidade. Não fosse isso e não perceberíamos por que a agenda do Império é constantemente marcada por dias especiais, que lembram fatos, personagens e santos distantes e que estabeleceram uma quantidade impressionante de motivos para comemorar” (SCHWARCZ, 2001: 15-16).

E, para finalizar essa autora, outra conclusão, que nos é cara, a idéia que para o discurso imperial vingar é necessário uma certa 'comunidade de sentidos'; aliás, é condição para qualquer discurso. Nenhum imaginário vinga no vazio, os rituais e ritos não se impõem de maneira exógena.

“... o fato é que não se manipula no vazio, e que apesar de muitas vezes intencional, os rituais não se impõem de forma exterior e aleatória. Entender as marcas simbólicas da realeza é perceber como é possível descobrir intencionalidade na cultura política, mas ainda atestar para o fortalecimento de um regime que criou raízes no imaginário popular” (SCHWARCZ, 2001: 65-66).

Outro texto que podemos usar para falar sobre imaginário real e sua eficiência numa comunidade é **Os Símbolos do Poder** de Maria Eurydice Ribeiro. Esse pequeno livro analisa as cerimônias de sagração, coroação e aclamação no Estado monárquico brasileiro realçando as imagens, os gestos e os símbolos materiais contidos nessas cerimônias e a sua eficiência na construção de determinado imaginário.

“... A leitura simbólica destas cerimônias permite comprovar a eficiência que as mesmas possuem no imaginário coletivo, agindo diretamente sobre as emoções, extrapolando as fronteiras de classe, de educação ou de escolha política. Se as insígnias imperiais distinguem o soberano dos seus súditos, as cerimônias representam a forma de governo que o país assume em face dos demais países do mundo. Transcendendo a figura humana do rei, as representações simbólicas do poder monárquico evocam elementos históricos de longa duração que associam o soberano à idéia de justiça, ordem, paz e equilíbrio” (RIBEIRO, 1995: 13-14).

Com a análise do conceito de festa e de representação e tendo em mente a questão do imaginário imperial e monárquico, podemos, agora, analisar e entender melhor a festa aqui em questão.

## A festa

Consideramos necessária uma breve contextualização do período dessa festa. O governo imperial vinha, desde a Guerra do Paraguai, sofrendo gradativa e crescente oposição de vários segmentos: do exército, que veio fortalecido da guerra e tinha seus corpos cada vez mais formados por uma educação técnica e com forte influência positivista e, que, por causa disso, se contrapunha à elite de bacharéis que sustentava o governo; dos republicanos, que desde 1870, com a fundação de seu partido, vinha aumentando de

número e criticando o centralismo administrativo e propondo como alternativa de governo o federalismo; dos grandes cafeicultores do Sudeste Brasileiro insatisfeitos com a estrutura econômica e política que impedia grandes avanços na economia cafeeira; dos grupos urbanos insatisfeitos com o predomínio de uma ordem rural. A década de 80 do século XIX foi a mais crítica, o imperador perdia cada vez mais prestígio e, este, velho e cansado se afastava das discussões políticas mais contemporâneas. Junto a isso tudo, a luta abolicionista crescia e ganhava a ordem do dia.

Nesse contexto D. Pedro II parte para sua primeira viagem para a região central de Minas. Sua viagem é marcada por preocupações científicas, principalmente geológicas e mineralógicas, por um grande cuidado com as instalações educativas e de assistência à população e por grandes festejos por onde ele passava, principalmente na capital, Ouro Preto. Após o ouro, o que ainda era capitania tentou se reerguer com a pecuária e, durante muito tempo essa foi a principal economia da região. Depois veio o café no Sul de Minas, acompanhando o que acontecia no interior de São Paulo; mas, o café só se tornou dominante ao final do século XIX e início do século XX, portanto, posterior ao período aqui estudado. Havia na província, principalmente no seu centro, um movimento se formando na direção do aproveitamento das riquezas minerais, a Escola de Minas vai nesse sentido, mas são iniciativas isoladas e esparsas. Veremos logo à frente que ao Imperador preocupava muito esse tema e ao jornal consultado na pesquisa também, repercutindo, muito possivelmente, um sentimento e uma vontade geral. Para esses a exploração do minério e de outras pedras representaria uma saída para a estagnação da província. Mas falemos da viagem imperial.

O Imperador e a Imperatriz, acompanhados de comitiva de funcionários, ministros de estado e jornalistas do Rio, percorrem de trem, cavalo, carroças e carros puxados por animais a província de Minas no período de 28 de março a 30 de abril de 1881. O trajeto é esse: Barbacena, Queluz, Ouro Branco, Ouro Preto, Cachoeira do Campo, Casa Branca, Morro Velho, Sabará, Santa Luzia, Lagoa Santa, Caraça, Caeté, Mariana, Ouro Preto (denovo), São João Del Rei, Barbacena (de novo), Juiz de Fora, São João Nepomuceno, Ubá e Leopoldina de onde pegaram o trem de volta para a capital. Por onde a comitiva passava era recebida com festas e, em cidades maiores, houveram festejos oficiais organizados pelas câmaras locais. Já era prática desde a colônia que as festas ficassem por conta da municipalidade representada na câmara, esta podia arcar com as despesas com os fundos que tivesse ou poderia formar uma comissão organizadora, com os principais do lugar, que bancaria os custos ou, ainda, fazer subscrições para que toda a população

participasse dos gastos. Um dos importantes motivos dessa viagem à província mineira para o imperador era ver o andamento da Escola de Minas que tinha sido fundada em 1876. Durante o período que permaneceu em Ouro Preto o Imperador visitou a escola duas vezes, assistiu aulas, conheceu as instalações, as coleções e os equipamentos e se fez muito próximo do diretor da escola Gorceix. Outro motivo importante era a inspeção na construção da malha ferroviária da província, principalmente no trecho que ligaria a Estrada de Ferro D. Pedro II, que ia até o sul, às zonas mais centrais, próximas do rio das Velhas. Durante toda a viagem D. Pedro II se mostra muito preocupado com questões científicas e técnicas: aprofunda e discute seus conhecimentos de geologia e mineralogia com Gorceix, aprofunda os conhecimentos paleontológicos em Lagoa Santa, terra de Peter Lund, visita a mina de Morro Velho e se informa sobre a exploração mineral, discute história e literatura com os padres do Caraça. O imperador é notabilizado por seus conhecimentos enciclopédicos, com o processo de deterioramento de seu regime e a crise monárquica que chega ao seu auge na década de 80 do século XIX, ele cada vez mais se volta aos seus estudos e vai, aos poucos, se alijando das discussões políticas. Da leitura do diário de viagem, que mais à frente discutiremos não se percebe nenhuma preocupação política, nenhum comentário a respeito da situação no Rio; o que se percebe são preocupações de um intelectual. Há que se chamar atenção para que aliado a essas visitas e encontros intelectuais, o Imperador faz questão de visitar todas as instalações e repartições públicas; depreendendo disso um zelo administrativo. Mas falemos das fontes.

Duas fontes documentais foram cotejadas: o jornal **A Província de Minas** e o diário da viagem elaborado pelo próprio Imperador. Em ordem cronológica apresentarei as partes importantes do diário. Em Ouro Branco, Gorceix foi recepcionar a comitiva tendo conversado muito sobre mineralogia com o Imperador. No arraial do Itatiaia o Imperador vê uma “papuda”, uma pessoa com bócio, doença que assolava o interior do país e deixava as pessoas com um papo enorme no pescoço. Aproximando-se de Ouro Preto, uma comitiva de cavaleiros vai ao encontro do imperador. Aqui uma pequena informação: tal comitiva já me parece pertencer ao cerimonial festivo de recebimento do imperador. Durante a Idade Média e o Antigo Regime era comum quando o monarca viajava as chamadas “entradas régias”, festas todas cheias de pompa para o momento no qual o rei entraria na cidade. Dentro dessas “entradas régias” era prática corrente uma comitiva de cavaleiros ir recepcionar e conduzir o rei quando esse se aproximava da cidade. Considero, portanto, a prática da comitiva de cavaleiros para recepcionar D. Pedro II uma persistência desse

---

costume e, também, uma forma de demonstração de poder e prestígio dos homens mais poderosos do lugar que participavam da comitiva.

Ao entrar em Ouro Preto, o Imperador faz alguns comentários sobre a vista e sobre as ruas de aspecto original segundo ele. Era grande a aglomeração de pessoa por onde o imperador passava: “ *A caleça custou-lhe a subir por estas ruas de aspecto original, e temia que se pissasse alguém pois havia imenso povo e cordialíssimo acolhimento*”<sup>2</sup>. Chega ao palácio onde é recepcionado pelo presidente da província e, onde de noite receberá várias pessoas e assistirá a queima de fogos de artifícios, como parte dos festejos e a iluminação da cadeia com copos de cores. A prática de iluminar as casas, os locais públicos importantes era elemento muito importante em qualquer festejo nesse tempo e era prescrita no próprio edital que a câmara publicava antes das festas. Era comum também ornar as janelas das casas e encher as ruas de flores por onde o imperador passasse. No dia seguinte 31 de março, D. Pedro II visita as igrejas e faz comentários elogiosos às obras de Aleijadinho, visita a Escola de Minas e assiste lições, assiste um “Te Deum” na matriz de Ouro Preto, cerimônia religiosa feita em agradecimento ou em homenagem a alguém ou a algo acontecido, visita alguns estabelecimentos e públicos e à noite assiste conferência de Gorceix sobre as riquezas minerais das Minas no salão da Assembléia que ficou lotado. Os seus comentários sobre a conferência deixam claro sua preocupação com a imagem de civilização que o Brasil deveria passar ao mundo, imagem essa que sempre cultivou durante seu reinado mesmo à revelia da situação do país. Deixa claro também o papel central e centralizador do Rio na difusão dessa civilização. É uma teoria hierárquica do avanço da civilização, tal em voga no mundo da época. Mas vejamos os comentários: “*Gostei de ouvir a exposição de idéias tão civilizadoras a 80 léguas do Rio de Janeiro de onde felizmente já começou a irradiar-se o progresso de todo o Brasil*”<sup>3</sup>.

No outro dia, D. Pedro II visita estabelecimentos públicos, assiste outras aulas na Escola de Minas, visita novamente igrejas. No dia 2 de abril a comitiva parte e volta a Ouro Preto dia 18, partindo novamente dia 21. Nessa segunda estadia em Ouro Preto aconteceu um incidente entre a população ouro-pretana e um dos jornalistas da comitiva que foi obrigado a fugir às pressas da cidade. Ele teria escrito artigo ofensivo para as mulheres ouro-pretanas na imprensa da Corte, o que deixou enfurecido a população. E, para fechar os festejos em sua homenagem foi feito um concerto musical no paço da Assembléia, o qual o Imperador achou “sofrível”. Durante todo o tempo que ficou em Ouro

---

<sup>2</sup> PEDRO II. Diário da Viagem do Imperador a Minas. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, v. 18, 1957, p. 98.

<sup>3</sup> PEDRO II. Diário da Viagem do Imperador a Minas. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, v. 18, 1957, p. 108.

Preto, a cidade, como parte da festa, foi iluminada com velas ou luz elétrica, as casas e os prédios públicos ornados com flores e panos coloridos, foram feitos espetáculos de fogos de artifício, de teatro, bandas de música e concertos, bailes e recepções. Tudo isso fazia parte de um aparato e de um cerimonial festivo voltado para dois objetivos principais: tornar clara a adesão ao regime imperial e louvar a imagem e a figura do rei, para demonstrar uma unidade de pensamento. Tal objetivo possuía uma capacidade de adesão, mesmo que momentânea ou disfarçada, muito grande, pois, que o momento era de crise do governo e as divergências deveriam passar por um processo de ocultamento. Em uma palavra, a festa criava uma identidade mineira, fazia aflorar determinadas características da cultura local que contribuíam para a construção dessa identidade que estava se ligando, por meio simbólico e material, ao Império brasileiro, mesmo que este estivesse ruindo. E até por causa disso. O outro objetivo é a representação discursiva, gestual, alegórica, simbólica e material dessa identidade e do quadro social mineiro da época. A festa é um momento de representar uma imagem, uma idéia, uma postura, é um grande teatro onde os “grandes” do lugar ao financiar a festa esperam benesses do Imperador e ao se apresentarem em público todo paramentado e com toda pompa fazem representar a toda população a sua posição superior na sociedade. Discutiremos agora a outra fonte.

O jornal **A Província de Minas** é uma publicação do Partido Conservador, seu redator é José Pedro Xavier da Veiga e ele acrescenta algumas informações a respeito da viagem e mostra uma visão um pouco diferente dos acontecimentos. Primeiro, quem estava no governo de Minas era o partido liberal, portanto, quem organizou a recepção ao Imperador foram eles. Em algumas passagens o jornal critica o uso que os liberais estavam fazendo das festas e solenidades em benefício próprio e contra os conservadores. O primeiro número encontrado que fala da visita é o de 27 de março de 1881. Nesse, além de uma matéria laudatória do imperador e outra descrevendo a cidade de Ouro Preto encontramos o edital da câmara que anuncia a vinda da comitiva real. Era prática dentro da organização das festas a câmara municipal fazer público um edital onde descreveria questões importantes a respeito do cerimonial. Mas vamos ao edital em questão. Depois de descrever o trajeto que a comitiva imperial faria na cidade o edital diz:

“... a câmara congratula-se com todos os habitantes d’esta cidade, e os convida para receber SS.MM. pedindo que se dignem de ornar suas casas, alcatifando de flores as ruas e iluminando-as nas noites de 30, 31 do corrente, e 1 de Abril proximo futuro. E para que chegue a noticia a todos, se expede o presente, que

será affixado no lugar do costume e publicado pela imprensa. Paço da Câmara Municipal de Ouro Preto 22 de Março de 1881<sup>4</sup>.

Percebemos aí a publicização do festejo, a necessidade de que todos saibam e já uma certa organização do cerimonial festivo recomendando às pessoas o ornamento de suas casas e de ruas. O próximo número do dia 31 de março abre na sua capa um texto laudatório chamado Homenagem a Suas Magestades. Nesse texto o redator apresenta os motivos de regozijo popular pela visita do Imperador, louvando suas ações como estadista e como homem de letras e de ciências. Deixa claro o sentimento e a vontade, que acima falávamos, da visita do Imperador significar uma reviravolta no progresso da província, significar, ainda, o desenvolvimento e a exploração das riquezas minerais que trariam o tão almejado progresso. Esse jornal, em todos os números consultados, quer a toda hora deixar bem claro o apreço e o acolhimento sincero que a população ouro-pretana denotou ao Imperador, há todo momento ele fala das saudações espontâneas que a comitiva recebia por onde passava. Podemos perceber nisso uma parcialidade no jornal, muito possivelmente por causa do clima geral no Rio e, também, no resto do país, de insatisfação com o governo imperial, a comitiva deve ter sofrido algumas críticas e algumas reações de despreço, o que não foi noticiado momento nenhum. Era necessário passar uma imagem de adesão e de ligação sincera com o regime imperial, o próprio jornal ajudava na criação dessa imagem, na construção dessa representação. O jornal não pode ser tomado como um documento que nos mostraria o outro lado, o jornal também é veículo da organização festiva, mesmo que fosse do partido que não estava no governo de Minas. No número de 3 de abril na capa há uma matéria que resume as atividades do imperador em Ouro Preto, textos de homenagem ao Imperador e uma carta de um morador de Diamantina reclamando com D. Pedro II dos desmandos e das violências praticadas por um suplente de delegado e pedindo sua punição. A partir dos próximos números o jornal varia matérias de louvação ao Imperador com matérias que dão notícias da viagem pelo estado. Cotejando o jornal e o diário encontramos algumas diferenças de opiniões, quase todas se referem ao apreço do Imperador às solenidades e festas. Enquanto o jornal sempre fala que o Imperador estava gostando, percebemos no diário que isso não era de todo verdade: na questão do concerto que encerra as festividades e que o jornal enche de elogios a execução musical e diz que o Imperador apreciou muito; sabemos que, pelo acima dito, que o imperador achou a música “sofrível”.

---

<sup>4</sup> *A Província de Minas* Órgão do Partido Conservador. 27 de março de 1881. folha 1.



Para finalizar essa parte que discute o jornal não podemos deixar de falar de uma longa carta contida no número de 1 de Maio na qual o missivista, a título de descrever as festas para seu tio, faz uma série de comentários críticos aos gastos, à pompa e a superficialidade de muitas das autoridades que estavam presentes. A carta fala de comentários ditos durante a visita de que o Imperador não merecia todas essas solenidades, o autor da carta faz questão de deixar claro que essa não é a sua opinião. Isso já pode ser apontado como um índice de que a aceitação e o apreço ao Imperador, mesmo longe da Corte, já não era dominante e que a crise imperial se espalhava pelo país. Por ora não temos condição e nem dados de desenvolver essa idéia e nem é a pretensão desse artigo. Tal comentário também pode ser apontado como a prova de que nenhuma festa produz um único sentido ou que os objetivos dos organizadores são sempre atingidos. A festa é uma explosão de opiniões, de afetos e de desafetos e, ela nunca acontece totalmente como o planejado. E é justamente nisso que reside boa parte de sua natureza e de seu charme. Qualquer um que estude as festas deve ter em mente isso tudo. A carta continua falando em tom jocoso daqueles que cercaram a comitiva, que quiseram agradar o Imperador, criticando principalmente os liberais que, segundo o autor, até bem pouco tempo antes da visita do Imperador o atacavam e até defendiam o fim do governo imperial e, agora, com objetivos pessoais, agradam a comitiva: *“Esse monarchismo de ocasião contaminou a grey inteira. Ah Luzias! Luzias! quem vos vio e quem vos vê!”*<sup>5</sup> A carta critica ainda os fornecedores da festa, que segundo ele, vendo a possibilidade de ganhar dinheiro fácil cobravam bem acima do preço. O que ele chama de esbanjamento e esperteza os fornecedores chamam de serviços e sacrifícios. Ele fala ainda que a festa deve ter custado de 500 a 600 contos para o caixa da província. Essa carta contém, também, comentários a respeito da indumentária usada pelos “grandes” do lugar, principalmente os chapéus. Percebemos nesse vestir pomposo, típico de um momento festivo, elementos de uma representação social que se faz através de roupas e gestos. Aparecer todo bem vestido do lado do Imperador serve como demonstração de status e posição social, além do que, agradaria o próprio Imperador e sua comitiva, trazendo com isso benefícios futuros. Numa sociedade de Corte, monárquica a aparência não é simplesmente para deleite estético, ela faz parte de todo um esquema e uma organização social e, é fundamental na reprodução e representação da ordem monárquica. Mas para o período em questão devemos fazer algumas ressalvas a respeito da função e da importância da indumentária numa festa.

---

<sup>5</sup> A *Província de Minas* Órgão do Partido Conservador. 1 Maio de 1881. folha 3.

A sociedade de Corte brasileira nunca foi como a francesa que é tomada como modelo. O século XIX assistiu a ruína do Antigo Regime e da sociedade estamental que sustentavam a estrutura da Corte. No Brasil há a transposição de elementos das cortes européias, mas há, também, um “abrasileiramento” desses elementos e, se havia uma sociedade de Corte aqui ela ficava restrita ao Rio. Na medida em que o século XIX ia passando, D. Pedro II ia se afastando dos traços majestáticos e pomposos que cercavam um monarca, a ponto de que, depois da Guerra do Paraguai, abandonar completamente as vestes reais (com exceção da abertura e do fechamento do ano legislativo) e sempre aparecer como um burguês ou um profissional liberal. D. Pedro II estava construindo a imagem de um rei-cidadão. Todo esse abrandamento da suntuosidade e majestade real se refletia no cerimonial festivo. A festa, aqui estudada, já não é mais toda organizada em função de uma aparência extremamente rica, luminosa e impactante. Já não são mais as festas barrocas da colônia. É uma festa econômica em seus gestos e materiais, possui em seu enredo manifestações mais espontâneas da população e, mesmo, a parte oficial já não é cheia de regras e cerimoniosa. O próprio Imperador prescrevia que se gastasse o mínimo possível com a recepção e abria mão de uma série de solenidades e regalias. Só para contrapor falemos um pouco da festa barroca.

### **Um exercício Comparativo: a festa barroca**

Comecemos por uma citação de Maravall na qual encontraremos uma explicação sobre os recursos barrocos agenciados pela festa e quais os objetivos da festa barroca:

“... na festa barroca predominam outros aspectos: sua pompa e artificialidade são prova da grandeza e do poder social daquele que a oferece, e, ao mesmo tempo, de seu poder sobre a natureza, cujo curso, de alguma maneira, se pretende sempre alterar. As festas barrocas são feitas para a ostentação e para suscitar admiração...São empregados meios abundantes e dispendiosos, realiza-se um amplo esforço, fazem-se longos preparativos, monta-se um complicado aparato para provocar determinados efeitos, um prazer ou uma surpresa de poucos instantes. O espectador se pergunta assombrado qual não será o poder de quem faz tudo isso para, aparentemente, alcançar tão pouca coisa, para a brevidade de uns instantes de prazer” (MARAVALL, 1997: 377).

A festa serve para deslumbrar, maravilhar as pessoas usando de recursos massivos; com o intuito de dirigir os corações e as mentes para uma determinada imagem da sociedade, na qual o promotor da festa tem lugar de importância; conservando, dessa maneira, a ordem social, pois, que ela está representada na festa. A festa provoca a suspensão do momento presente, ela aturde os que festejam e lhes dá a ilusão que a sociedade está em ordem.

Falaremos agora de três festas barrocas em Minas usando o texto de Affonso Ávila **Festa Barroca: ideologia e estrutura**. A primeira delas, que Ávila considera a maior festa barroca do Brasil colonial, é O Triunfo Eucarístico, ou seja, a inauguração da matriz do Pilar em Vila Rica em 1733. Para descrever a pompa, o luxo, os recursos cênicos e visuais e a ostentação dessa festa ele usa a narração feita por Simão Ferreira Machado que foi publicada em Portugal um ano depois da festa. Explicando a cultura barroca por trás da festa, as motivações políticas e algumas características estilísticas do texto, Ávila diz:

“Ligando, assim, sua percepção do colonialismo português, e do determinismo monárquico-religioso de que esse se impregnava, a uma visão ufanista das riquezas do Novo Mundo, o autor do Triunfo Eucarístico nos faz entender bem claro a ideologia que sustentava seu entusiasmo diante do grande espetáculo total que testemunhou. E o seu texto, marcado pela construção preciosa das frases e a sinestesia hiperbólica das imagens, situava-o bem como um escritor ainda que menor, visceralmente identificado com o discurso de sua época: o barroco” (ÁVILA, 1993: 246).

A segunda festa é a posse do bispo de Mariana D. Frei Manuel da Cruz em 1748 e o autor usa novamente para descrever a festa um relato da época chamado *Áureo Trono Episcopal*, que é uma coletânea de peças literárias feitas em homenagem ao bispo. A terceira festa é a comemoração pública realizada em 1786, em Vila Rica, em homenagem aos desposórios do infante e futuro D. João VI, patrocinada pelo governador Cunha de Meneses, em época de decadência da mineração e pouco brilho das festas. Aqui Ávila usará o texto *Cartas Chilenas* de autoria de Tomás Antônio Gonzaga. Affonso Ávila finaliza seu texto dizendo que a festa é um fenômeno de psicologia coletiva denominado carnavalização, ou seja, um momento de suspensão das normas e regras da vida cotidiana, um momento de quebra dos compromissos de trabalho e obrigações, um momento, também, de afirmação e representação de valores que os segmentos mais privilegiados da sociedade querem transmitir à vida coletiva. A festa barroca, portanto, serve para a reprodução do poder religioso ou secular, ela possui um caráter pedagógico acentuado, ela ensina aos festeiros as ordens sociais. No caso de Minas, as festas, que agenciavam uma série de elementos cênicos, visuais, artísticos para fazer representar o poder régio, tinham

uma função dupla: trazer para perto dos vassallos o rei que estava distante e fixar na mente da população o poder de seus administradores. Legalmente falando, essas duas funções deveriam ser entendidas como conjuntas, mas nem sempre as ordens e a representação do rei eram feitas de maneira adequada. Os potentados locais, através do patrocínio e organização das festas, se preocupavam muito mais com a fixação e a representação de seus poderes a nível local do que com as ordens régias.

### **Considerações Finais**

Concluindo esse artigo gostaríamos de resumir as informações que temos sobre essa festa em homenagem ao Imperador. Temos o edital da câmara convocando todos a ornarem suas casas e as ruas e descrevendo o caminho que a comitiva faria dentro de Ouro Preto. Na festa em si foram usados iluminações com copos coloridos e com luz elétrica, as ruas ficaram cheias de pessoas saudando e ovacionando o Imperador, tivemos espetáculos de fogos de artifícios, girândolas, de teatro e música. Bandas de música de outras cidades e, principalmente de Mariana, vieram recepcionar a comitiva. Tivemos ainda “te deum” na matriz de Ouro Preto e na matriz de Antônio Dias. Cerimônias religiosas e oficiais de recepção ao Imperador. Uma comitiva de cavaleiros foram recepcionar a comitiva ainda fora da cidade. Sabemos ainda, pela carta que falamos, que festas, com muitas danças, música, comida e bebida foram feitas em residências particulares. Só não sabemos se o Imperador compareceu a alguma delas. Os dois documentos que consultamos não falam diretamente da festa, mas sim da viagem como um todo, então as informações são esparsas. No diário o Imperador demonstra outras preocupações, como acima falamos, e só faz alguns pequenos comentários a respeito da música, da aglomeração de pessoas e de alguns espetáculos. Já o jornal nos deu mais informações, principalmente a carta que critica o esbanjamento, ajudando a construir um quadro mais completo dessas festividades.

Ao longo desse texto tentei, de forma bem inicial, relacionar a historiografia sobre festas com a festa feita em homenagem a D. Pedro II em Minas. Ficam algumas perguntas a serem respondidas por uma pesquisa mais aprofundada. Que tipo de festa era essa? Quais as representações agenciadas por essa festa? Tentei, com os dados que possuía, responder essas e outras perguntas. Sei que essas respostas foram insuficientes, mas sei também que no devido tempo e com mais estudos elas poderiam ser respondidas satisfatoriamente.

## Referências Documentais

PEDRO II. Diário da Viagem do Imperador a Minas. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, v. 18, 1957.

Jornal *A Província de Minas* Órgão do Partido Conservador. edições de 27 de março, 31 de março, 3 de abril, 10 de abril, 17 de abril, 24 de abril, 1 maio de 1881. Consultado na Hemeroteca Pública de MG. referência: JOP 50.

## Referências Bibliográficas

ÁVILA, Affonso. Festa Barroca: ideologia e estrutura. In: PIZARRO, Ana(org). *América Latina: Palavra. Literatura e Cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993. vol 1. pp. 235-263.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Einaudi, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. vol. 5. p. 296-332.

CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais: Festas Cívicas em MG 1815-1845*. Dissertação de Mestrado apresentada no departamento de história da UFMG. Belo Horizonte, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, Trabalho e Cotidiano. In: JANCSÓ, István, KANTOR, Íris.(orgs) *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: HUCITEC: ed. da USP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, vol 2, p. 969-979.

MARAVALL, José Antonio. Novidade, invenção, artifício (papel social do teatro e das festas). In: *A Cultura do Barroco: Análise de uma Estrutura Histórica*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 352-386.

OZOUF, Mona. A Festa: Sob a Revolução Francesa. In: GOFF, Jacques Le., NORA, Pierre(orgs) *História: novos objetos*. Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976, p. 217-231.

PRIORE, Mary Del. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os Símbolos do Poder: Cerimônias e Imagens do Estado Monárquico no Brasil*. Brasília: Ed. UNB, 1995.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *As Festas promovidas pelo Senado da Câmara de Vila Rica (1711-1744)*. Dissertação de Mestrado apresentada no departamento de história da UFMG. Belo Horizonte, 2001.

João Ricardo Ferreira Pires - Festa em Homenagem a D. Pedro II em Minas: cultura, representações e identidades

---

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Império em Procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed, 2001.

Recebido em: 26/10/2006

Aprovado em: 22/02/2007